

**ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES
NÃO CONVERSÍVEIS E COM GARANTIA FLUTUANTE DA
PRIMEIRA EMISSÃO DE COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO – CEMAR**

Pelo presente instrumento, COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO – CEMAR, com sede na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, na Av. Colares Moreira 477, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 06.272.793/0001-84, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora"), e como Agente Fiduciário, doravante assim denominado, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão de debenturistas titulares das debêntures objeto da presente emissão ("Debêntures"), PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista 2439, 11º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"), vêm por esta e na melhor forma de direito, celebrar a presente "Escritura Particular de Emissão de Debêntures Não Conversíveis e com Garantia Flutuante da Primeira Emissão de Companhia Energética do Maranhão – CEMAR", que, para todos os fins de direito, será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

I

DA AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A presente Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações da assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 4 de maio de 2001.
- 1.2 A assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora delegou ao conselho de administração da Emissora competência para (i) alterar, se necessário, as matérias aqui dispostas, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei n.º 6.404/76"); e (ii) cancelar as Debêntures não colocadas ou mantidas em tesouraria, neste caso após a declaração do Agente Fiduciário sobre a regularidade do cancelamento.



DOS REQUISITOS

2.1 A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação da ata da assembléia geral extraordinária.* A ata da assembléia geral extraordinária que deliberou sobre a emissão das Debêntures será arquivada na Junta Comercial do Estado do Maranhão e publicada no "Diário Oficial do Estado do Maranhão" e no jornal "O Estado do Maranhão";
- II. *registro desta Escritura de Emissão.* A presente Escritura de Emissão será registrada no competente cartório de registro de imóveis da comarca de São Luís, Estado do Maranhão;
- III. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* A emissão será registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Lei n.º 6.404/76, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- IV. *registro no Sistema Nacional de Debêntures ("SND").* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto ("ANDIMA") e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"); e
- V. *registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID").* A emissão será registrada na ANBID, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID aprovado em sua assembléia geral realizada em 27 de agosto de 1998.

III

DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

- 3.1 *Objeto social da Emissora.* A Emissora tem por objeto (i) explorar serviços públicos de energia elétrica, nas áreas referidas no "Contrato de Concessão n.º 60/2000 - ANEEL para Distribuição de Energia Elétrica", celebrado entre a União e a Emissora em 11 de agosto de 2000 ("Contrato de Concessão") e nas outras em que, de acordo com a legislação aplicável, for autorizada a atuar; (ii) estudar, elaborar, projetar, construir, executar e explorar os sistemas de geração, transmissão, transformação, distribuição, transporte e comercialização de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia.

renováveis ou não, e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, sendo-lhe vedadas quaisquer outras atividades de natureza empresarial, salvo aquelas que estiverem relacionadas a este objeto, tais como uso múltiplo de postes mediante cessão onerosa a outros usuários; transmissão de dados através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; serviços de otimização de processos energéticos e instalações de consumidores; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que previamente aprovadas pelo Poder Concedente e que sejam contabilizadas em separado; (iii) organizar empresas subsidiárias para exploração de sistemas elétricos de geração de energia, dentro da área de concessão outorgada pela União; e (iv) participar no capital de outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista, independentemente de sua atividade.

- 3.2 *Número da emissão.* A presente Escritura de Emissão representa a primeira emissão de debêntures da Emissora.
- 3.3 *Valor total da emissão.* O valor total da presente emissão é de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo), correspondente, para os fins do artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, a 29,29% (vinte e nove inteiros e vinte e nove centésimos por cento) do capital social da Emissora, estando, por conseguinte, de acordo com o limite de emissão ali estabelecido.
- 3.4 *Valor nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal").
- 3.5 *Quantidade.* Serão emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures.
- 3.6 *Séries.* A emissão será realizada em série única.
- 3.7 *Convertibilidade e forma.* As Debêntures serão não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures ("Instituição Depositária"). Adicionalmente, será expedido pelo SND o Relatório de Posição de Ativos, acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND.

- 3.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante, gozando de privilégio geral sobre ativos da Emissora, nos termos do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei n.º 6.404/76.
- 3.9 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes dos coordenadores ("Coordenadores") e de eventuais instituições financeiras subcontratadas que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures.
- 3.10 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário através do SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.
- 3.11 *Data de emissão.* A data de emissão das Debêntures será 1º de junho de 2001 ("Data de Emissão").
- 3.12 *Prazo e data de vencimento.* O prazo das Debêntures será de 60 (sessenta) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2006.
- 3.13 *Prazo de subscrição e forma de integralização.* Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM e a segunda publicação do anúncio de início de distribuição, as Debêntures serão subscritas em até 6 (seis) meses contados da data do deferimento do respectivo registro pela CVM. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP. A integralização das Debêntures será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"). As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.
- 3.14 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal será pago em 1 (uma) única parcela, ocorrendo o pagamento em 1º de junho de 2006, por ocasião do vencimento das Debêntures.
- 3.15 *Remuneração.* Sobre o Valor Nominal incidirá, a partir da Data de Emissão, uma taxa de remuneração pré-fixada ou pós-fixada, acrescida ou não de sobretaxa, cujo período de incidência, intervalo de pagamento e respectivo(s) percentual(is) serão definidos pelo conselho de administração da Emissora ("Remuneração"). Sendo que para o primeiro Período de Incidência de

Remuneração (conforme definido abaixo), [que terá início na Data de Emissão e encerramento 12 (doze) meses após a Data de Emissão, observar-se-á o disposto na Cláusula 3.15.2 abaixo.

3.15.1 Entende-se por "Período de Incidência de Remuneração" o espaço de tempo durante o qual a respectiva Remuneração permanece inalterada.

3.15.2 O primeiro Período de Incidência de Remuneração terá início na Data de Emissão e encerramento 12 (doze) meses após a Data de Emissão, encerrando-se em 1º de junho de 2002.

Cada Período de Incidência de Remuneração subsequente ao primeiro Período de Incidência de Remuneração terá início no último dia do Período de Incidência de Remuneração anterior e encerramento na data determinada pelo conselho de administração e aprovada pelos debenturistas nos termos desta Cláusula – que não poderá exceder a data de vencimento das Debêntures previsto na Cláusula 3.12 acima – e assim sucessivamente, devendo o prazo final do último Período de Incidência de Remuneração coincidir com a data de vencimento das Debêntures, ou seja, 1º de junho de 2006.

Para o primeiro Período de Incidência de Remuneração, a taxa de remuneração das Debêntures será de 100% (cem por cento) da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional ("Taxa DI"), acrescida da sobretaxa correspondente ao percentual efetivo ao ano, base 252 dias, de 1% (um por cento) ao ano ("Remuneração do Primeiro Período de Incidência").

3.15.2.1 *Periodicidade de pagamento da Remuneração.* A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, assim, o primeiro pagamento da Remuneração do Primeiro Período de Incidência ocorrerá em 1º de dezembro de 2001 e o segundo, em 1º de junho de 2002, e os demais pagamentos da Remuneração ocorrerão em iguais dias dos anos subsequentes, até o final vencimento das Debêntures.

3.15.2.2 *Fórmula de cálculo da Remuneração do Primeiro Período de Incidência.*

$$J = VN \times \left\{ \left[\prod_{i=1}^{i=f} (1 + I_i) \right] \times (S) - 1 \right\}$$

Onde:

$J =$ valor da Remuneração a ser paga nas datas de seus respectivos vencimentos;

$VN =$ Valor Nominal, no início do Período de Capitalização (conforme definido abaixo);

$\prod_{i=1}^{i=f} =$ produto dos i termos FI referentes a cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, com i variando de 1 até f ;

$f =$ número de dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Período de Capitalização;

$FI_i =$ fatores de remuneração, verificados nos f dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização e a data final do Período de Capitalização, e obtidos a partir da seguinte fórmula:

$$FI = \left[\left(\frac{CDI \text{ CETIP}}{100} + 1 \right)^{\frac{dj}{252}} \right], \text{ onde:}$$

$CDI \text{ CETIP} =$ taxa média diária de depósitos interfinanceiros – DI de um dia – extra grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, em cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, expressa em percentual ao ano;

$dj =$ número de dia (s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa CDI CETIP;

$S =$ fator da sobretaxa calculado conforme fórmula abaixo:

$$S = \left[\left(\frac{s}{100} + 1 \right)^{\frac{du}{252}} \right], \text{ onde:}$$

$s =$ sobretaxa expressa em % ao ano, a ser acrescida à Taxa DI. Para o primeiro Período de Capitalização, a sobretaxa será de 1,0% (um por cento) ao ano; e

$du =$ número de dias úteis de cada Período de Capitalização.

"Período de Capitalização" é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, ou nas datas previstas dos pagamentos da Remuneração, inclusive, e termina nas datas previstas dos pagamentos da Remuneração, exclusive, correspondente ao Período de Incidência em curso. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

3.15.2.3 *Extinção, impossibilidade legal de utilização ou não divulgação da taxa da Remuneração.* Caso a taxa da Remuneração não esteja disponível quando da apuração do valor de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, será aplicado o último valor da taxa da Remuneração aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos debenturistas, quando da divulgação da taxa da Remuneração aplicável. Na ausência da apuração e/ou divulgação da taxa da Remuneração por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis após a data esperada para sua divulgação, de extinção da taxa da Remuneração ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será utilizado o parâmetro legal que vier a ser determinado em sua substituição, se houver. Na sua ausência, o Agente Fiduciário deverá convocar assembléia geral de debenturistas, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do evento que der causa à convocação da assembléia geral de debenturistas a que se refere esta Cláusula, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que, além de preservar o valor real das Debêntures, remunerar as Debêntures nos mesmos níveis anteriores. Caso os debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, não aprovem a proposta da Emissora sobre o novo parâmetro, as Debêntures em circulação deverão ser resgatadas na sua totalidade pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do último pagamento da Remuneração. O resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. Até o momento da definição do novo parâmetro ou da data de resgate, conforme o caso, fica desde já acordado que será utilizada remuneração equivalente à taxa percentual da Remuneração que as Debêntures fizeram jus no período de 20 (vinte) dias úteis imediatamente anterior à data do evento que der causa à convocação da assembléia geral de debenturistas a que se refere esta Cláusula, calculada *pro rata temporis* desde a data do evento até a data em que os debenturistas e a Emissora chegarem a um acordo quanto ao novo parâmetro, ou até a data de pagamento do valor da aquisição ou resgate, conforme o caso.

3.16 Repactuação. A primeira repactuação ocorrerá em 1º de junho de 2002, data de encerramento do primeiro Período de Incidência de Remuneração, conforme deliberado pela assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 4 de maio de 2001. O conselho de administração da Emissora deliberará e comunicará aos debenturistas, com antecedência mínima de 25 (vinte e cinco) dias da data de encerramento do primeiro Período de Incidência de Remuneração, e de cada Período de Incidência de Remuneração subsequente, as condições aplicáveis ao Período de Incidência de Remuneração seguinte, incluindo:

- I. a modalidade e os percentuais da taxa de Remuneração e prêmio, se houver, para o Período de Incidência de Remuneração seguinte;
- II. a existência ou não de amortização das Debêntures durante o Período de Incidência de Remuneração seguinte;
- III. a periodicidade de pagamento da Remuneração e do prêmio e da amortização, se houver qualquer dos dois últimos; e
- IV. os limites e índices econômico-financeiros a que se referem as Cláusulas 5.1 e 5.2 abaixo (e suas subcláusulas).

3.16.1 As condições fixadas pelo conselho de administração da Emissora de acordo com o disposto na Cláusula 3.16 acima serão comunicadas aos debenturistas na forma da Cláusula 3.22 abaixo, concedendo-se o prazo de 10 (dez) dias, contado da data da publicação da comunicação, para que os debenturistas que não aceitarem as condições fixadas manifestem sua não aceitação por meio do SND ou da Instituição Depositária (caso as Debêntures não estejam depositadas no SND), indicando a quantidade de Debêntures de sua titularidade a serem adquiridas pela Emissora em decorrência de sua não aceitação aos termos da repactuação. A falta de manifestação por parte dos debenturistas no prazo a que se refere esta Cláusula ou a manifestação relativa a somente parte das Debêntures de que forem titulares será considerada aceitação, por tais debenturistas, aos termos da repactuação relativamente às Debêntures que não forem indicadas nos termos desta Cláusula.

3.16.2 A Emissora obriga-se a adquirir as Debêntures dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo conselho de administração da Emissora e que se manifestaram de acordo com o disposto na Cláusula 3.16.1 acima, pelo Valor Nominal acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, que deverá ocorrer na data de encerramento do Período de Incidência de Remuneração que estiver vigorando na ocasião. A aquisição a que se refere esta Cláusula não será acrescida de prêmio de qualquer natureza. As Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos desta Cláusula

poderão, por opção da Emissora, ser mantidas em tesouraria, canceladas ou vendidas a terceiros, a qualquer tempo. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

- 3.17 *Aquisição facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.
- 3.18 *Encargos moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas pela Emissora, os débitos em atraso serão acrescidos de Remuneração, bem como de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e de multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- 3.19 *Decadência dos direitos aos acréscimos.* O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 3.20 *Local de pagamento.* Os pagamentos referentes ao principal e à Remuneração a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora, por intermédio do SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, e na instituição depositária para os debenturistas que não estiverem vinculados ao SND.
- 3.21 *Prorrogação dos prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábados e domingos.

3.22. Publicidade. Exceto pelos anúncios de início e de encerramento de distribuição, que serão publicados exclusivamente no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas serão veiculados, pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, em forma de aviso, no Diário Oficial do Estado do Maranhão e nos jornais "O Estado do Maranhão" e "Gazeta Mercantil", o último em edição nacional, sempre imediatamente após a ciência do fato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos debenturistas, caso seja necessário, obedecerem o disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, em 10 (dez) dias contados da data da última publicação do aviso.

3.23 Vencimento antecipado. Observado o disposto nas Cláusulas 3.23.1 e 3.23.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso IV abaixo, dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.18 acima, de acordo com o previsto na Cláusula 3.23.2 abaixo), na ocorrência dos seguintes eventos:

- I. pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora, pela Pennsylvania Power & Light Corporation ("PPL") e/ou pela Brisk Participações Ltda. ("Brisk"), ou qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;
- II. liquidação ou decretação de falência da Emissora, da PPL e/ou da Brisk, ou qualquer evento análogo nos termos da legislação aplicável;
- III. extinção ou perda, pela Emissora, da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão;
- IV. não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, da Remuneração e de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da respectiva data de vencimento;
- V. a PPL deixar de (a) deter, direta ou indiretamente, o controle da Emissora, assim entendido poder de eleger a maioria de seus administradores, dirigir suas atividades sociais e orientar o funcionamento de seus órgãos sociais, individualmente ou por meio de acordo de voto; e/ou (b) ser titular, direta ou indiretamente, de 50% (cinquenta por cento) das ações mais uma ação com direito a voto de emissão da Emissora;

- VI. falta de cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer outra obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, não sendo aplicável o prazo a que se refere este inciso para os eventos previstos nos incisos IV acima e VII abaixo;
- VII. falta de cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas nas Cláusulas 5.1 e 5.2 abaixo (e suas subcláusulas);
- VIII. protesto legítimo de títulos contra a Emissora cujo valor agregado não pago ultrapasse R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), reajustado pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado ("IGPM"), ou a constituição da Emissora em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, se for cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos de sua ocorrência; e
- IX. vencimento antecipado de qualquer obrigação da Emissora decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), reajustado pela variação do IGPM, ou o equivalente em outras moedas, salvo se sanado pela Emissora no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da sua ocorrência.

3.23.1 Ocorrendo qualquer dos eventos previstos no incisos I a IV da Cláusula 3.23 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Ocorrendo qualquer dos eventos previstos nos incisos V a IX da Cláusula 3.23 acima, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto na Cláusula 7.5.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da sua ocorrência, assembleia de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia de debenturistas, assim for aprovado por 3/4 (três quartos) de votos dos debenturistas titulares de todas as Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, ficando isento das responsabilidades decorrentes do não cumprimento daquela obrigação; caso contrário, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

3.23.2 Na ocorrência do vencimento antecipado, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso IV da Cláusula 3.23 acima, dos encargos moratórios, calculados desde

... a data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula 10.1 abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, pelo pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.18 acima, que, na hipótese prevista no inciso IV da Cláusula 3.23 acima, serão calculados desde a data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados.

IV

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos obtidos pela Emissora com a distribuição das Debêntures serão aplicados na otimização da estrutura de capital da Emissora, através do alongamento do perfil do passivo oneroso, mediante amortização de notas promissórias emitidas pela Emissora para distribuição pública (R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais)) e capital de giro (R\$38.000.000,00 (trinta e oito milhões reais)), e como fonte adicional de recursos para viabilizar investimentos para a melhoria e expansão dos serviços prestados pela Emissora como concessionária de distribuição de energia elétrica em sua área de concessão (R\$52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de reais)).

V

DA MANUTENÇÃO DE LIMITES E ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS (COVENANTS)

- 5.1 A Emissora deverá observar, na data de encerramento de cada trimestre social do exercício social (assim entendido aquele que se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro), os limites e índices econômico-financeiros abaixo indicados:
- I. a relação entre Passivo Oneroso Não Subordinado Líquido e EBITDA deve ser menor ou igual a 5 vezes em 2001, 4 vezes em 2002, 3,7 vezes em 2003 e 3,5 vezes em 2004, 2005 e 2006;
 - II. a relação entre EBITDA e Despesa Financeira Líquida deve ser maior ou igual a 1,3 vezes em 2001, 1,8 vezes em 2002, 2 vezes em 2003, 2,5 vezes em 2004 e 3 vezes em 2005 e 2006; e

III. a relação entre (i) Patrimônio Líquido; e (ii) Patrimônio Líquido somado a Passivo Oneroso Não Subordinado, deve ser maior ou igual a 0,3 em 2001 e 0,4 em 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.

Onde:

"Passivo Oneroso Não Subordinado Líquido" significa Passivo Oneroso Não Subordinado menos Disponibilidades Financeiras.

"Passivo Oneroso Não Subordinado" significa Passivo Oneroso excluídas as obrigações onerosas subordinadas, assim entendidas aquelas obrigações que preferem apenas aos acionistas da Emissora.

"Passivo Oneroso" significa o somatório, em uma determinada data, das dívidas de empréstimos, financiamentos e parcelamentos que tenham sido contratadas pela Emissora, que tenham correção por algum indexador ou taxa de juros. Nas demonstrações financeiras da Emissora, corresponde às contas Empréstimos e Financiamentos, Debêntures, Encargos de Dívida e Parcelamento de Tributos e Contribuições Sociais, encontradas no Passivo Circulante, e às contas Empréstimos e Financiamentos, Debêntures, Encargos de Dívida e Parcelamento de Tributos e Contribuições Sociais, encontradas no Passivo Exigível a Longo Prazo.

"Disponibilidades Financeiras" significa caixa mais aplicações financeiras em certificados de depósito bancários e em fundos de investimento que tenham, pelo menos, 80% (oitenta por cento) dos seus recursos aplicados em títulos e valores mobiliários de renda fixa.

"EBITDA" significa, para um período determinado, (i) a soma de (1) receita líquida, (2) amortizações, (3) depreciações e (4) provisões e outras despesas discriminadas no Demonstrativo de Origem e Aplicação de Recursos – DOAR ("DOAR") que não tiveram efeito sobre o caixa da Emissora no período considerado; deduzida (ii) das despesas operacionais durante o período considerado. Quando for calculado para um determinado trimestre, o EBITDA será anualizado, multiplicando-se o resultado do trimestre considerado por 4 (quatro).

"Despesa Financeira Líquida" significa o somatório (i) do resultado de despesas financeiras menos receitas financeiras, conforme previsto nas demonstrações financeiras da Emissora; e (ii) do resultado de despesas financeiras menos receitas financeiras, conforme previsto nas demonstrações financeiras da Emissora, que não tiveram efeito caixa no respectivo exercício social, conforme discriminado no DOAR. Quando for calculada para um determinado trimestre, a Despesa Financeira Líquida será anualizada multiplicando-se o resultado do trimestre considerado por 4 (quatro).

“Patrimônio Líquido” significa o somatório, em uma determinada data, de (i) Capital Social; (ii) Reservas; e (iii) Lucros ou Prejuízos Acumulados, conforme discriminado nas demonstrações financeiras da Emissora.

5.1.1 Caberá ao Agente Fiduciário verificar o enquadramento da Emissora aos índices constantes da Cláusula 5.1 acima no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, dos demonstrativos financeiros trimestrais ou anuais da Emissora.

5.1.2 No caso de desenquadramento, deverá o Agente Fiduciário notificar a Emissora, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para que a Emissora volte a apresentar os índices previstos na Cláusula 5.1 acima até a data limite prevista na legislação em vigor para apresentação dos demonstrativos financeiros para o trimestre subsequente.

5.1.3 Se a Emissora não voltar a apresentar os índices previstos na Cláusula 5.1 acima nos prazos previstos na Cláusula 5.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos do inciso VII da Cláusula 3.23 acima, observado o disposto na Cláusula 3.23.1 acima.

5.2 A Emissora não pagará dividendos, exceto os obrigatórios por lei, ou qualquer outra participação estatutária em lucros, caso não atinja, cumulativamente, os seguintes limites e índices econômico-financeiros:

- I. relação entre Passivo Oneroso Líquido e EBITDA (conforme definido na Cláusula 5.1 acima) igual ou inferior a 3,5 vezes;
- II. relação entre EBITDA e Despesa Financeira Líquida (conforme definido na Cláusula 5.1 acima) igual ou superior a 3 vezes; e
- III. relação entre (a) patrimônio líquido da Emissora; e (b) patrimônio líquido somado a Passivo Oneroso Não Subordinado (conforme definido na Cláusula 5.1 acima), seja igual ou superior a 0,4.

Onde:

“Passivo Oneroso Líquido” significa Passivo Oneroso (conforme definido na Cláusula 5.1 acima) menos Disponibilidades Financeiras (conforme definido na Cláusula 5.1 acima). /

DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**6.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:****I. fornecer ao Agente Fiduciário:**

- (a) cópia das demonstrações financeiras relativas a cada exercício social e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, no prazo de até 90 (noventa) dias do término do respectivo exercício social;
- (b) cópia das demonstrações financeiras relativas a cada semestre intermediário de cada exercício social e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término do respectivo semestre;
- (c) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
- (d) informações sobre qualquer descumprimento, pela Emissora, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, do Contrato de Concessão e/ou de quaisquer contratos que a Emissora seja parte, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data do descumprimento;
- (e) qualquer informação referente à emissão das Debêntures que lhe venha a ser solicitada e cuja entrega, pela Emissora, seja factível, dentro de 5 (cinco) dias a contar da referida solicitação, sendo que, caso não seja possível a entrega da informação neste prazo, a Emissora deverá apresentar justificativa neste sentido ao Agente Fiduciário e indicar o prazo necessário para cumprir a solicitação;
- (f) avisos aos debenturistas, fatos relevantes, alterações estatutárias ocorridas na Emissora, e atas de assembléias de acionistas e de reuniões do conselho de administração que de alguma forma envolvam o interesse dos debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data em que forem

publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

- (g) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário; e
- (h) informações sobre a ocorrência de qualquer dos eventos previstos na Cláusula 3.23 acima, na mesma data de sua ocorrência, para que o Agente Fiduciário tome as providências cabíveis;

- II. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- III. submeter a presente emissão de Debêntures e sua revisão anual à avaliação por, pelo menos, duas agências classificadoras de crédito em funcionamento no País e conceituadas internacionalmente;
- IV. efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, pelo menos semestralmente, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, bem como observar as disposições contidas na Instrução CVM n.º 207, de 1º de fevereiro de 1994; e
- V. estruturar e manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituição financeira autorizada para que preste esse serviço.
- VI. não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, ou qualquer outra participação estatutária em lucros, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures, e, independentemente de estar em mora, não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, ou qualquer outra participação estatutária em lucros, caso não atinja os limites e índices econômico-financeiros previstos na Cláusula 5.2 acima.

VII

DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto da presente Escritura de Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que.

neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos debenturistas perante a Emissora, declarando:

- I. sob as penas de lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceitar a função que lhe foi conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- III. aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições; e
- IV. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983;
- V. ter verificado que a presente emissão das Debêntures está dentro do limite previsto na alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 60 da Lei n.º 6.404/76; e
- VI. ter verificado, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, a regularidade e não ocorrência dos eventos previstos na Cláusula 3.23 acima, comprometendo-se a observar sua manutenção.

7.1.1 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura de Emissão ou eventual aditamento, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição e/ou vencimento das Debêntures.

7.2 O Agente Fiduciário receberá pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- I. parcelas anuais de R\$10.000.00 (dez mil reais), sendo a primeira a ser paga em 5 (cinco) dias úteis contados da data de obtenção do registro da emissão na CVM, contra a apresentação da respectiva nota fiscal, e as demais, no mesmo dia e mês de cada ano subsequente, até o vencimento das Debêntures ou seu resgate total, o que ocorrer primeiro;
- II. as parcelas a que se refere o inciso I acima serão reajustadas anualmente pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado ("IGPM"), verificada desde a data de vencimento da primeira parcela a

que se refere o inciso I acima até a data do respectivo pagamento. Na falta ou na impossibilidade de utilização do IGPM, por força da legislação, será utilizado outro índice que venha a substituí-lo;

- III. a remuneração será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- IV. todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto no parágrafo 5º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, honorários advocatícios e custas judiciais e taxas judiciárias decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias; e
- V. a remuneração prevista no inciso I acima não inclui despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, que serão suportadas pela Emissora nos termos da Cláusula 7.2.1 abaixo e seguintes.

7.2.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos. O ressarcimento será efetuado após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos debenturistas. As despesas a que se refere esta Cláusula compreendem, inclusive, as seguintes:

- I. publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras publicações que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- II. extração de certidões;

III. locomoções e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e

IV. eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

7.2.2 O crédito do Agente Fiduciário que não tenha sido saldado na forma da Cláusula 7.2.1 acima, desde que razoável e devidamente comprovado, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá às Debêntures na ordem de pagamento.

7.3 Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá então à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha. A substituição do Agente Fiduciário observará as seguintes condições:

- I. nos casos de vacância, mediante nomeação pela Emissora e aprovação dos debenturistas, e aditamento à presente Escritura de Emissão;
- II. é facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia dos debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- III. a substituição do Agente Fiduciário fica condicionada à comunicação prévia à CVM;
- IV. em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja escolhida pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário;
- V. a substituição não implicará em remuneração proporcional superior à ora avençada. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas; e

- VI. serão efetuados os pagamentos observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços.

7.4 São deveres do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. observado o disposto no inciso III da Cláusula 7.2 acima, custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- VII. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- X. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e

Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;

- XI. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;**
- XII. convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, de acordo com o disposto na Cláusula 3.22 acima;**
- XIII. comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, independentemente de que quem a tenha convocado;**
- XIV. elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:**
 - (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;**
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;**
 - (c) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;**
 - (d) resgate, repactuação, amortização e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;**
 - (e) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;**
 - (f) relação dos bens e valores entregues à sua administração;**
 - (g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, inclusive aquelas previstas nas Cláusulas 5.1, 5.2 e 6.1 acima e 9.1 abaixo (e as subcláusulas de todas essas Cláusulas), conforme informações obtidas junto aos administradores da Emissora; e**
 - (h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;**

XV. colocar o relatório de que trata o inciso XIV acima à disposição dos debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- (a) na sede da Emissora;
- (b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- (c) na CVM;
- (d) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
- (e) na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures;

XVI. publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XIV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XV acima;

XVII. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;

XVIII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, principalmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, inclusive as Cláusulas 5.1, 5.2 e 6.1 acima e 9.1 abaixo (e as subcláusulas de todas essas Cláusulas), de acordo com informações divulgadas pela Emissora ou obtidas junto aos administradores da Emissora, conforme o caso, observado o disposto no inciso I da Cláusula 6.1 acima, informando prontamente aos debenturistas as eventuais inadimplências verificadas; e

XIX. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas. Notificação de igual teor deve ser enviada:

- (a) à CVM;
- (b) às Bolsas de Valores, quando for o caso; e

7.5 No caso de inadimplemento da Emissora de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, principalmente as Cláusulas 3.23 e 3.23.1 acima, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
- III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os debenturistas realizem seus créditos; e
- IV. representar os debenturistas em processo de falência ou concordata da Emissora.

7.5.1 Observado o disposto nas Cláusulas 3.23 e 3.23.1 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a III da Cláusula 7.5 acima se, convocada a assembléia de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos debenturistas titulares das Debêntures em circulação. Na hipótese do inciso IV da Cláusula 7.5 acima, será suficiente a deliberação da maioria dos debenturistas titulares das Debêntures em circulação.

VIII

DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

- 8.1 Os titulares das Debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre a matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
- 8.2 A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação e pela CVM.
- 8.3 Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.
- 8.4 A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

- 8.5. Ressalvadas (i) modificações nas condições das Debêntures não previstas na Cláusula 3.16 acima (sendo que tais modificações não previstas dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação); e (ii) disposições expressas previstas nesta Escritura de Emissão ou em lei, as demais deliberações a serem tomadas em assembléia geral de debenturistas dependerão da aprovação da maioria absoluta de votos dos debenturistas presentes na assembléia, excluindo-se, em qualquer caso, para efeito de quorum, os votos em branco e as Debêntures pertencentes à Emissora, qualquer de suas subsidiárias, coligadas ou controladoras ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas.
- 8.6. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembléias dos debenturistas.
- 8.7. O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

IX

DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

9.1 A Emissora neste ato declara que:

- I. é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- II. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastante para tanto;
- III. todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- IV. os termos desta Escritura de Emissão (a) não implicam o inadimplemento da Emissora em qualquer contrato ou documento do qual a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) não contrariam qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial.

pendente em face da Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou que afete a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- V. esta Escritura de Emissão constitui obrigação exequível, válida e eficaz da Emissora;
- VI. o prospecto preliminar e o prospecto final relativos à emissão das Debêntures (coletivamente, o "Prospecto") conterão todas as informações relevantes em relação à Emissora e suas controladas e coligadas necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das obrigações da Emissora, e de suas condições financeiras, e não conterão declarações falsas ou omissões de fatos relevantes e todos os esforços serão feitos pela Emissora para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto serão verdadeiros;
- VII. as demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente a posição financeira da Emissora e de suas controladas e coligadas (observado o disposto na Cláusula 9.1.1 abaixo), e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil; e
- VIII. exceto pelas ações, procedimentos, inquéritos e outras investigações que estiverem descritas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso à Emissora ou às suas controladas e coligadas (observado o disposto na Cláusula 9.1.1 abaixo); e
- IX. tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas e em pleno vigor, com exceção das licenças ambientais, que estão em processo de regularização junto aos órgãos competentes.

9.1.1 A Emissora neste ato declara não possuir, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, controladas ou coligadas.

9.1.2 A Emissora obriga-se a manter válidas todas as declarações a que se referem as Cláusulas 9.1 e 9.1.1 acima, bem como obter todas as licenças ambientais no menor prazo possível.

DAS DESPESAS

- 10.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos com o registro e publicação dos atos necessários à colocação das Debêntures da presente emissão, tais como esta Escritura de Emissão e os atos societários da Emissora que deliberaram sobre esta emissão das Debêntures.

XI

DAS COMUNICAÇÕES

- 11.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

I. para a Emissora:

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR
Av. Colares Moreira 477
65075-441 São Luís, MA
At.: Diretor de Relações com Investidores
Telefone: (98) 217 2211
Fac-símile: (98) 235 3022

II. para o Agente Fiduciário:

Planner Corretora de Valores S.A.
Av. Paulista 2439, 11º andar
01311-300 São Paulo, SP
At.: Departamento de Agente Fiduciário
Telefone: (11) 3061 9444
Fac-símile: (11) 3061 0964

- 11.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fac-símile deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

DO FORO

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 7 de maio de 2001

COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO – CEMAR




Eduardo Feldmann Costa
DIRETOR FINANCEIRO



Raul Antonio Barreiros
DIRETOR - EXECUTIVO

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.



Carlos Arnaldo Borges de Souza

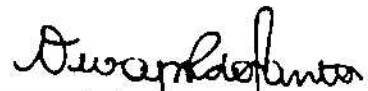


Marcus Eduardo De Rosa

Testemunhas:



Nome: Regine Célia dos Santos
Id.: 8.817.703-8



Nome: Viviane A. M. dos Santos
Id.: 25.073.325-0